



## PT do B, o dissidente

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Poderá ser criada mais uma agremiação partidária — o PT do B — Partido Trabalhista do Brasil, dissidência do PTB — Partido Trabalhista Brasileiro. Pelo menos esse é o objetivo do principal líder dissidente do PTB paulista, Caetano Matanó Junior. O primeiro passo será dado hoje, em Brasília, com o pedido ao TSE de anulação do registro nacional do PTB.

Segundo Matanó Junior, "o PTB de Getúlio, criado para lutar em favor dos trabalhadores oprimidos pelo poder econômico, já não existe mais. Está morto, vendido, loteado, desacreditado". O dissi-

dente petebista apontou, em livro, uma série de fatos importantes que marcaram o PTB, "incluindo a campanha vitoriosa de Jânio Quadros à Prefeitura de São Paulo", para concluir pela necessidade de criação do Partido Trabalhista do Brasil — PT do B.

Ele disse que a falta de respeito da direção nacional do PTB pelos mandatos dos diretórios municipais e distritais, cassando-os para evitar a derrota em São Paulo, "liquidou com todas as possibilidades do partido representar os interesses das camadas mais carentes". Os dissidentes petebistas encaminharão ao TSE, ainda hoje, documentos para organizar o Partido Trabalhista do Brasil.

## Righi ameaça enfrentar CUT com metralhadora

AGÊNCIA ESTADO

O deputado Gastone Righi, líder do PTB na Constituinte, está disposto a "enfrentar de metralhadora" os responsáveis pela distribuição de cartazes em que aparece como traidor do povo por ter subscreto as emendas do Centrão. A ameaça, feita ontem em Brasília, será concretizada caso seus familiares sejam prejudicados pela acusação. Em São Paulo, dirigentes estaduais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) estão providenciando novas remessas dos cartazes, que deverão ser distribuídos esta semana aos sindicatos filiados à entidade.

Oficialmente, a Polícia Federal começará a investigar hoje quem são os responsáveis pela confecção e divulgação dos cartazes que estampam as fotografias, nomes e telefones dos integrantes do Centrão, classificados de traidores do povo. Por determinação do delegado Romeu Tuma, foi aberto ontem um inquérito policial preliminar para apurar os envolvidos em 30 dias. Outra providência de Tuma foi solicitar aos prefeitos que colaborem, mandando retirar os cartazes de suas cidades. A Polícia Federal vai verificar a procedência das denúncias envolvendo a CUT e o Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Visivelmente transtornado, Gastone Righi chegou a advertir, em plenário, o líder do Partido dos

Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, dirigindo palavras ofensivas também aos dirigentes da CUT. Depois, numa roda de jornalistas, disse ser inadmissível aceitar a distribuição dos cartazes. "Em São Paulo tem 12 milhões de pessoas, e certamente dois mil doidos. Se acontecer alguma coisa com minha mulher ou filhos, vou enfrentar esses t... p... de metralhadoras."

Já o deputado Ricardo Izar (PFL-SP) preferiu a ironia, ao comentar a exclusão de seu nome nos cartazes. "Por favor, não me esqueçam", pediu, acrescentando: "Para mim não é nenhuma desonra figurar nessa lista; ao contrário, meus eleitores estão perguntando por que não estou no cartaz. Sou do Centrão e é graças a ele que está havendo entendimentos aqui. Peço que, numa segunda edição, coloquem minha fotografia em cores".

A primeira tiragem dos impressos foi de 200 mil e, segundo os dirigentes da CUT paulista, uma nova está sendo providenciada, já que a "demanda" é grande. Vicente Paulo da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, acredita que, se não é possível "mudar a cabeça dos parlamentares, pelo menos tentaremos mudar a cabeça da comunidade, para saber em quem votar nas próximas eleições".

# Já há acordo sobre propriedade

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Líderes do Centrão e do grupo histórico do PMDB formalizaram ontem, na presença do presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães, um novo acordo sobre a questão do direito de propriedade, que será votada hoje à tarde na Assembleia Nacional Constituinte. O acordo garante o direito de propriedade "sem prejuízo do bem-estar social" e prevê que a indenização pela desapropriação seja prévia e em dinheiro, ressalvados os itens previstos na Constituição. À tarde, fracas-

sou a tentativa de votar um acordo firmado na sexta-feira sobre o tema com a saída do plenário de 80 representantes do Centrão. O texto, preparado pelo senador Virgílio Távora, assegurava o direito de propriedade "subordinado ao bem-estar social". O novo acordo surgiu durante reunião no Palácio do Planalto com a presença dos senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) além de representantes do Centrão. Segundo o deputado José Geraldo (PMDB-MG), a única alteração no texto do anteprojeto foi relativa à questão do bem-estar social. Para fechar o acordo, os dois

maiores grupos da Constituinte tiveram de ceder em suas posições: o Centrão cedeu no que diz respeito à função social, enquanto o grupo do senador Mário Covas cedeu quanto ao pagamento em dinheiro da indenização.

### Penduricalhos

O acordo anterior, sobre texto preparado pelo senador Virgílio Távora, fracassou devido à oposição do líder do PTB, deputado Gastone Righi, e do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), do Centrão, que não aceitam a subordinação do direito de propriedade ao bem-estar

social. Távora disse ter feito o possível para atendê-los antes da votação, retirando inutilmente vários "penduricalhos" da emenda.

A saída dos 80 constituintes do Centrão do plenário provocou protestos e a sessão foi suspensa pouco depois das 17 horas. Hoje pela manhã, antes da repetição da votação, Ulysses Guimarães deverá realizar nova reunião com as lideranças partidárias, na busca de garantias para o andamento normal dos trabalhos, para que a matéria seja, enfim, votada. O quórum mínimo para aprovação ou rejeição é de 280 votos.

## No plenário faltam 217 constituintes e a votação é adiada

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Antes de submeter ontem à deliberação do plenário da Constituinte o destaque do senador Mário Covas (PMDB-SP) sobre o direito à propriedade, a Mesa procedeu à verificação de quórum pedida pelo líder do PT, deputado José Genoíno (SP). A verificação acusou a presença de 323 constituintes em plenário, número que caiu para 250 no momento da votação, já que muitos membros do Centrão se retiraram para não votar. O fato provocou protestos e a sessão foi suspensa pouco depois das 17 horas, adiando-se para a tarde de hoje a votação da matéria.

A votação de ontem confirmou a existência de divergências internas no Centrão, pois 65 dos seus integrantes contrariaram a orientação da liderança e permaneceram em plenário. Destes, 27 votaram contra a emenda coletiva do grupo, 21 se abstiveram e apenas 17 se manifestaram a favor. Embora a verificação de presença inicial indicasse que havia 323 parlamentares presentes, pela comparação entre as listas de chamada nominal e da votação da matéria ficou claro que 217 constituintes não estavam em Bra-

sília ou, pelo menos, no plenário da Constituinte.

### PROTESTOS

Ao ouvir os protestos do deputado Edésio Frias (PDT-RJ) contra a saída de membros do Centrão, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), explicou ao microfone que a retirada de plenário é um velho recurso utilizado por parlamentares do mundo todo. Já o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) protestou porque o presidente da sessão, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), chamou Carlos Sant'Anna de líder. Na opinião do parlamentar gaúcho, isso significa que a Mesa admite a existência de um líder governista na Assembleia Nacional Constituinte, circunstância que, a seu ver, coloca os trabalhos sob suspeição.

Antes que a votação fosse iniciada, o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), preocupado como os demais membros do Centrão com a possibilidade de um malogro, afirmou que, caso o quórum de 280 votos não fosse alcançado, a votação seria adiada. Ao defender sua tese, o deputado atrapalhou-se e referiu-se, por duas vezes, ao presidente da Constituinte como "Ulysses Figueiredo".



Delfim e Cardoso Alves no debate sobre propriedade

## Nova Constituição até abril

"Resolvida a questão da estabilidade, a votação da Constituinte se fará rápida e sem dificuldades até a votação do mandato presidencial e do sistema de governo." Essa é a expectativa do presidente da República em exercício, deputado Ulysses Guimarães, que espera ver a Constituição promulgada em meados de abril.

Na reunião, de ontem à noite com as lideranças dos partidos, Ulysses, que aguardava a definição de um acordo para a votação da estabilidade no emprego, afirmou que só haverá mais dois pontos polêmicos para serem votados: o mandato presidencial e o sistema de governo. "Para o mandato presidencial não há acordo possível. A definição se dará no voto", acredita Ulysses. Quanto ao sistema de governo, o deputado acha possível um acordo unindo os interesses de presidencialistas e parlamentaristas, optando-se por um sistema presidencialista com Congresso forte.

Para o ministro da Habitação e Meio Ambiente, Prisco Viana, essa solução teria total apoio do governo: "Ela coincide exatamente com o que pensa o presidente Sarney", explicou.

Quanto ao mandato presidencial, Ulysses diz não ter ainda nenhuma posição sobre a real tendência da Constituinte: "A preferência entre quatro e cinco anos tem oscilado muito", afirma. Essa situação de indefinição seria resultado da radicalização do tema, pois cada grupo tenta arregimentar por conta própria o maior número possível de parlamentares. "O que se definir sobre sistema de governo puxa o que se definir sobre mandato", resumiu Ulysses. O presidente da Constituinte afirmou, ainda, que o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), que lidera um grupo de 40 parlamentares do Centro Democrático do PMDB, solicitou-lhe audiência para comunicar que o grupo voltará a seguir a liderança do partido nas votações e não mais a do Centrão.

## Um manifesto por diretas logo

Em documento intitulado "Manifesto pelos Quatro Anos", 15 dos 37 deputados do PMDB na Assembleia Legislativa paulista defendem a realização de eleições diretas para a Presidência da República este ano, como "saída política para a solução da crise econômica e social que perverte as condições de vida de nosso povo". Ainda no documento, os parlamentares afirmam repudiar "todas as formas de favoritismo e clientelismo, remanescentes da ditadura, que persistem no governo federal em troca do mandato de cinco anos para o presidente Sarney". Garantem também ser necessária a mobilização da sociedade "para pressionar os seus constituintes no sentido de neutralizar essa prática nefasta e imoral".

O objetivo da manifestação dos deputados — segundo revelou ontem o vice-líder peemedebista, Waldir Trigo — é "montar um caldo de cultura tão forte, que obrigue o governador Orestes Quércia a tam-

bém apoiar os quatro anos para Sarney". Trigo e os demais signatários do manifesto acreditam que por meio da manifestação pública, conseguirão pressionar os parlamentares quercistas para aderirem à tese, já que até agora o documento está sendo assinado por deputados mais conhecidos por suas ligações com os grupos dos senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas ou do ex-governador Franco Montoro.

A iniciativa, contudo, não foi bem recebida por outros setores que também defendem quatro anos de mandato para o presidente José Sarney. O secretário nacional do PT, deputado estadual José Dirceu (SP), disse que o documento de seus colegas da Assembleia Legislativa "não passa de uma atitude de palanque". Para ele, o que define a posição dos políticos de São Paulo, atualmente, "é a posição frente ao quercismo, que não passa de repetição estadual do sarneysismo" (sic).

José Dirceu entende o manifesto como "uma oposição de ocasião, que resolveu correr atrás da opinião pública agora que descobriu os cinco anos de mandato para o presidente como indefensável". Trigo, no entanto, frisa que a proposta é exatamente o contrário: "Estamos começando com um pequeno grupo que reúne vários segmentos da sociedade (o empresário Lawrence Pih é apresentado como coordenador do manifesto) para atrair a população e fazer o governador abandonar o medo de lutar abertamente pelos quatro anos".

Trigo contou ter ouvido do próprio Quércia a defesa dos quatro anos para Sarney, e espera que o apoio definido da população possa fazer com que o governador perca o "medo de ficar sem os repasses federais de verbas para obras, porque a verdadeira obra de que precisamos agora é política". O deputado acredita que o movimento por elei-

ções diretas em 1983 só deslançou depois de receber o apoio claro de Montoro: "São Paulo tem o maior peso entre os estados, por isso precisamos atrair o governador".

A presença do Pih na "coordenação" do manifesto foi considerada "normal" por Trigo, apesar de o empresário ser conhecido como "petista". José Dirceu também não se estranhou, esclarecendo que Pih não é filiado ao PT, apenas participa do Conselho de Finanças do partido.

Consultado, o empresário disse que só falará depois da publicação do manifesto. Conseguiu, porém, a união de José Dirceu e Trigo em um ponto: ambos concordam que Pih apóia "políticos do PT ou do PMDB que vão de acordo com suas intenções". Estas, segundo um amigo do empresário, é a formação de um mercado interno — que ele acredita inexistente —, como solução para os problemas econômicos e sociais do País.